

Corregedoria assina acordo sobre emprego para jovens acolhidos

16/03/2023

Contribuir para a construção da autonomia de jovens acolhidos por meio do encaminhamento a vagas de trabalho: essa é a missão do programa Novos Caminhos, desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que agora também será implantando no Amazonas graças a um acordo de cooperação técnica assinado nesta terça-feira (14/3) entre a Corregedoria Nacional de Justiça e as cortes catarinense e amazonense.

123RF



123RF Corregedoria assina acordo para nacionalizar programa de emprego para jovens acolhidos

Ao agradecer a presença dos representantes do TJ-SC e do TJ-AM, a presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministra Rosa Weber, enalteceu a relevância da ação. O corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, afirmou que a ideia de nacionalizar o projeto surgiu com a elaboração das Diretrizes Estratégicas da Corregedoria para o ano de 2023 e aprovadas no 16º Encontro do Poder Judiciário Nacional, voltadas não somente à sua atividade fiscalizadora, mas também visando ao bem-estar social.

Com isso, nasceu a Diretriz Estratégica 11, que visa “desenvolver protocolos institucionais entre tribunais, entidades da sociedade civil, instituições de ensino, empreendedores e empresários, objetivando viabilizar o processo de desinstitucionalização do jovem que vive em casa de acolhimento institucional, ao completar 18 anos”.

Salomão afirmou que, em julho de 2022, havia 34 mil crianças e adolescentes abrigados em casas de acolhimento e instituições públicas no Brasil. “Uma das consequências negativas desse elevado número de acolhimento institucional, para aqueles que não conseguem ser adotados ou retomar para o convívio com suas famílias biológicas, grandes dificuldades quando atingem a maioridade, uma vez que, como regra, ao completar 18 anos, terão de sair das instituições e passar a prover a si próprios, mesmo sem ter qualquer perspectiva de como fazê-lo.”

O desembargador Álvaro Luiz Pereira de Andrade, coordenador estadual da infância e da juventude do TJ-SC, traçou o histórico do programa, criado em 2013 na comarca de Chapecó, e que hoje está presente em todo o estado. “Um total de 4.059 adolescentes e 814 crianças tiveram suas vidas impactadas por uma oportunidade do programa. O ano de 2023, por sua vez, apresenta o desafio de direcionar 1.065 crianças e adolescentes em situação de acolhimento”, afirmou.

Andrade frisou que, entre os cursos ofertados, foram alcançadas 11.951 matrículas efetivadas. “Até o presente momento, 965 desses nossos jovens foram inseridos no mercado de trabalho, seja em aprendizagem, estágio ou emprego efetivo.”

Para o diretor de Família, Infância e Juventude da Associação dos Magistrados Catarinenses, Raphael Mendes Barbosa, não há dúvidas de que a ação renderá frutos em todo o país. “É o início de nova era para todas as crianças e todos os adolescentes do nosso país, o que já demonstra por termos interesse de outros estados e demonstra a envergadura e a importância desse projeto”, disse o magistrado.

Vice-presidente e coordenadora da Infância e da Juventude do TJ-AM, a desembargadora Joana dos Santos Meirelles agradeceu a escolha do estado do Amazonas para dar início à nacionalização da ação. “Até então, na área protetiva, não tínhamos alternativa alguma para oferecer para os jovens que estão prestes a sair dos abrigos. Não pouparemos esforços



para que o programa dê certo”, pontuou.

Presidente do Fórum Nacional da Infância e da Juventude (Foninj), o conselheiro Richard Pae Kim explicou que, hoje, há mais de 9 mil jovens com mais de 14 anos em situação de acolhimento no Brasil. “Trata-se de um número expressivo de jovens para quem, dado a situação de desamparo familiar, é fundamental que o Estado e a sociedade viabilizem, de todas as formas possíveis, a plenitude da dignidade da pessoa humana”, finalizou, afirmando que o Foninj dará todo o apoio à disseminação do programa.

Novos caminhos

O Programa Novos Caminhos é uma iniciativa da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ) do TJ-SC, juntamente com a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc). Atualmente, também integram o programa a OAB-SC, o Ministério Público, a Fecomércio, a Associação Catarinense de Medicina (ACM) e a Fundação de Estudos Superiores de Administração e Gerência (Fesag).

Em 2022, mais três novas instituições passam a apoiar esse projeto: a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc), por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar – Administração Regional de Santa Catarina); o Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina (CIEE /SC) e o Serviço Social do Comércio (Sesc/Fecomércio).

Ao ingressarem no Novos Caminhos, os jovens são acompanhados individualmente e encaminhados a programas de escolarização, profissionalização e atividades complementares. Os cursos de formação são ofertados pelo Sistema Fiesc, por meio do Sesi e do Senai, pela Fecomércio, por meio do Senac, e pelo Sesc, pela Faesc, por meio do Senar – Administração Regional de Santa Catarina, e pelo CIEE.

Após concluírem os módulos de capacitação, os jovens são encaminhados, ao seu tempo, ao mundo do trabalho. Para que esse processo ocorra de forma adequada e segura, o Programa também prevê a sensibilização e a orientação da comunidade empresarial, convidando-os a fazer parte da ação. *Com informações da assessoria de imprensa do Conselho Nacional de Justiça.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-mar-16/corregedoria-assina-acordo-emprego-jovens-acolhidos/>